

• Nacional

MEIO AMBIENTE

Decidida em Altamira  
campanha para defesa  
dos povos e florestas

por Cláudio Kuck  
de Altamira

O I Encontro dos Povos Indígenas no Xingu terminou no final de semana com o "baridjmoko", a festa do milho que marcou uma noite inteira de danças, canto e demonstrações de luta, num culto à natureza pela preservação do alimento e da caça. Três documentos foram aprovados por deputados, ecologistas e indígenas, decidindo-se pelo lançamento da campanha nacional em defesa dos povos e da floresta, para mobilizar a opinião pública contra a construção das hidrelétricas amazônicas do projeto 2010 da Eletronorte.

A luta será também contra "os grandes projetos especulativos agropecuários e os incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e de vultosos empréstimos no exterior, favorecendo mineradoras, empreiteiras e banqueiros". Será exigido também que os programas já implantados tenham acompanhamento ecológico permanente, bem como a suspensão imediata dos projetos siderúrgicos a carvão vegetal incluídos no Programa Grande Carajás. O encontro ainda denunciou como "demagógico" o projeto governamental "Nossa Natureza" e condenou ainda o programa "Calha Norte".

As setenta entidades que assinam os documentos, entre parlamentares e partidos políticos, sociedades de preservação do meio ambiente e científicas, disseram também "repudiar com veemência a campanha xenófoba contra as organizações não-governamentais, autoridades e cientistas nacionais e estrangeiros, que lutam contra a devastação da Amazônia".

REAÇÕES

Em Belém, o governador do Pará, Hélio Gueiros, reagiu contra o que chamou de "estrangeirada ecológica que participou do encontro, tentando impor uma tirania contra a nossa soberania". Ele reconheceu que os índios "têm certa razão porque defendem o lado deles e isto é natural, mas estão sendo usados por outras pessoas que disfarçam objetivos econômicos por trás da defesa da ecologia".

O governador paraense afirmou ainda que em todo o mundo "se manda celebrar missa de ação de graças quando se descobre potencial hidrelétrico, enquanto no Brasil quando tentamos mobilizar toda a sociedade pelo progresso da Amazônia se faz uma conferência para desmerecer o projeto hidrelétrico brasileiro".

Já em Altamira, na última sessão de debates do encontro indígena, o cacique txucarramãe Raoni, falando na língua caiapó com tradução do cacique Paulinho Paiakan, declarou sob grandes aplausos dos índios e ecologistas nacionais e internacionais guerra ao presidente Sarney: "Vejo que o homem branco tem raiva de mim, me olha com cara feia, fala de longe, mas não vou desistir da luta por nossa terra. Se o chefe de vocês que se chama Sarney continuar com plano de barragem, eu vou fazer guerra com ele. É muito perigoso homem branco usar e mexer com meu povo, junto meu povo e vou contra branco e fico em pé pra briga também".

Mas a grande estrela do encerramento do I Encontro dos Povos Indígenas no



Benedita da Silva

Xingu foi a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que, vestida num vestido safari colorido, garantiu que a frente parlamentar indigenista vai lutar no Congresso Nacional contra a barragem de Kararaó e todos os projetos hidrelétricos amazônicos que afetem a ecologia e os índios. Ela lembrou que este é um ano eleitoral, "assim todos devem cobrar dos candidatos um compromisso contra a atual política energética".

Ao final, foi saudada por cantos e danças pelos índios, com o cacique Tutu Pombo colocando seu cocar na cabeça dela.

CUSTOS

Os custos do encontro foram grandes e somente o apresentador do programa A Natureza das Coisas — o mais popular da TV canadense —, David Suzuki, contribuiu com US\$ 100 mil arrecadados na visita àquele país dos caciques Paulinho Paiakan e Kubeli, que foram acusados pelo governo brasileiro de pressionar o Banco Mundial a suspender os empréstimos para as usinas amazônicas. O Conselho Indigenista Missionário (cimi) e os índios caiapós, que exploram o garimpo de ouro de Maria Bonita, em Redenção (PA) — recebem 7% do total extraído enquanto a Funai tem 5% —, além das organizações ecológicas norte-americanas National Wildlife Federation e Environmental Defence Fund, contribuíram com o restante.

DECLARAÇÃO

Ao final do encontro, os índios leram por intermédio de Paiakan e intérpretes, primeiro na língua caiapó e depois em português e inglês, a seguinte declaração:

"Declaração Indígena de Altamira, 24 de fevereiro de 1989 — As nações indígenas do Xingu, junto com parentes de muitas regiões do Brasil e do mundo, afirmam que é preciso respeitar a nossa mãe natureza.

Aconselhamos não destruírem as florestas, os rios, que são nossos irmãos.

Decidimos que não queremos a construção das barragens no rio Xingu e em outros rios da Amazônia, pois ameaçam as nações indígenas e os ribeirinhos.

Durante muito tempo, o homem branco agrediu nosso pensamento e o espírito dos nossos antigos. Agora deve parar. Nossos territórios são os sítios sagrados de nosso povo, morada do nosso criador, que não podem ser violados.

Neste encontro dos povos indígenas do Xingu, decidimos vigiar as ações do governo para impedir mais destruição, juntar forças com o Congresso Nacional e com o povo brasileiro para juntos protegermos essa importante região do mundo, nossos territórios".

Discutido zoneamento  
ecológico da Amazônia

O governo federal fará, com assessoria da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), um completo zoneamento agroecológico da Amazônia. O assunto foi discutido nos últimos dois dias por técnicos do Ministério do Interior, da FAO e de trinta diferentes instituições brasileiras.

O trabalho tem a finalidade de montar um amplo sistema de informações sobre a região, de modo a indicar uma estratégia racional de exploração das suas potencialidades econômicas. Segundo o secretário de Assuntos da Amazônia do ministério, Sílvio Granville Costa, o anteprojeto do zoneamento estará pronto até junho. Esse estudo inicial trará a definição conceitual e a metodologia que servirão de ferramentas para a etapa seguinte: a elaboração de um plano ordenado de ocupação, que futuramente se consubstanciará num projeto de lei a ser enviado ao Congresso.

O ministro João Alves ressaltou que a FAO é o organismo internacional mais credenciado a auxiliar o Brasil nesta tarefa, por atuar na Amazônia desde a década de 50. "A intenção não é isolar a Amazônia num aquário, como pregam alguns menos avisados, que não têm percepção da necessidade de este país se desenvolver e de garantir a sobrevivência de uma Nação com uma demanda anual de milhares de novos empregos", disse Alves.

Não existe prazo para a conclusão do zoneamento. Técnicos do ministério admitem, porém, que a sua finalização levará alguns anos, em razão da complexidade e dos altos custos do programa (que ainda serão orçados). Os conflitos sociais e étnicos existentes na Amazônia, as pressões internacionais, a diversidade de interesses políticos e a multiplicidade de órgãos que lá atuam tornarão esse esforço ainda mais gigantesco, de acordo com essas fontes.